

PEDRAS NO CAMINHO

Sivam — Em março, o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, tiveram de responder a suspeitas de irregularidades em torno do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). O projeto, que prevê a instalação de radares na Amazônia e está estimado em US\$ 1,4 bilhão, ganharia contornos de escândalo no mês seguinte, quando veio a público a notícia de que o governo havia escolhido uma fraudadora da Previdência Social — a hoje falida Escá — para gerenciar o programa.

Arida — Em março, quando era presidente do Banco Central, o economista Pêrsio Arida foi acusado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), com base em vagos indícios, de permitir vazamento de informações privilegiadas para setores do mercado financeiro antes da desvalorização do real para o dólar. Nada foi comprovado. Três meses depois, Arida se demitiu por razões pessoais.

FSE — Como já vinha sendo feito no governo Itamar Franco, o governo usou durante todo o primeiro semestre o Fundo Social de

Emergência (FSE) para pagamento de todos os tipos de despesas, inclusive jantares, festas e presentes. A situação obrigou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a prestar esclarecimentos ao Ministério Público Federal.

Cargos — O governo esperou a aprovação das quatro primeiras emendas à Constituição, no final de junho, para começar a preencher cargos na administração federal. As companhias estaduais de telecomunicações foram distribuídas a candidatos indicados pelas bancadas federais dos partidos aliados.

Ruralistas — Os ruralistas ameaçaram não votar as emendas da Ordem Econômica caso o governo não aceitasse retirar a cobrança da TR de seus débitos. O rolo compressor da bancada ruralista, composta por cerca de 100 parlamentares, obrigou o governo a prorrogar R\$ 1,8 bilhão em débitos por até dois anos, para os grandes produtores, e até três anos para os pequenos.

Verbas sociais — O Mapa da Fome, manual de trabalho do Programa Comunidade Solidária, foi submetido à apreciação de 14 governado-

res. Eles escolheram e ampliaram a lista de municípios a serem beneficiados pelos R\$ 562 milhões reservados para a primeira fase do atendimento aos bolsões de pobreza. Resultado: 73% dos 156 municípios atendidos até agora são redutos eleitorais dos governadores.

Dallari — A demissão do secretário de Acompanhamento Econômico, Milton Dallari, na semana passada, foi provocada por denúncias de tráfico de influência e vazamento de informação privilegiada. Acusado de prestar consultoria a empresas privadas às quais caberia fiscalizar, a firma de Dallari, a Decisão, está sendo investigada pela Receita.

Econômico — Em menos de 48 horas, o governo fechou um acordo para amenizar os efeitos da intervenção do Banco Central no Banco Econômico, da Bahia, atendendo a pressões do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Em troca, o governo conservou, em um primeiro momento, o apoio do PFL no Congresso e ACM calou-se sobre denúncias que ameaçava fazer contra o BC. Depois o governo voltou atrás e abriu uma crise com o PFL.